

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 19). -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 16 de Agosto de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por maioria, com a abstenção do Vereador Pedro Machado, por não ter estado presente na mesma. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (DAF) -----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS (SFL) -----

----- 3. Horário de Funcionamento de Esplanada de Estabelecimento de Bebidas - Urbanidades Café. -----

----- IV – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA (DECASF) -----

----- 12. Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010 – Senhas de presença. -----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO (DAE) -----

----- 1. Simplex Autárquico 2010/2011. -----

----- 2. Atribuição de Medalhas de Mérito Desportivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- PROPOSTAS -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que, não foi apresentado nenhum recurso pelos concorrentes, pelo que se considera definitivamente adjudicada a empreitada “Centro Educativo de Montemor-o-Velho – Arranjos Exteriores” à firma Ramos Catarino, S.A, pelo montante de 50.305,63 €, acrescido de IVA à taxa legal, pelo prazo de execução de 30 dias. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Deu conhecimento de uma reunião que teve na passada sexta feira com a ARS-Centro (Coimbra), onde teve oportunidade, na sequência de intervenções e de deliberações que a Câmara Municipal tomou e que levaram a um conjunto de iniciativas

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

que se prendem com a saúde e as Extensões de Saúde e a gestão da saúde pública no concelho de Montemor.-----

----- Nessa reunião com a ARS exprimiu fundamentalmente três pontos fundamentais: -----

----- Primeiro – Julga que é adequado e oportuno que a metodologia que venha a ser encontrada para poder solucionar e melhorar qualitativamente a prestação de serviços de saúde no concelho de Montemor tenha sempre, e se assim for julgado pela saúde, e na sequência daquilo que é manifestado em vários diplomas e em vários documentos por uma aproximação cada vez maior entre as estruturas de saúde e as autarquias, dizia que fosse procurado um dialogo mais presente e mais contemporizador de algumas das soluções que são apresentadas em alguns documentos avulsos a que teve acesso, para discussão. -----

----- Considera, claramente, que em relação a essa matéria, o exemplo que têm vindo a dar, no caso concreto do concelho de Montemor, com o encerramento de escolas, sendo que Montemor foi um dos concelhos que, nesta ultima vaga de encerramentos, atingiu quase um recorde e que surpreendeu-o muitos dos jornalistas que o questionaram qual a contestação havida, qual o confronto havido e tem-no dito e referido que as coisas quando são bem instruídas, bem gizadas, bem dialogadas e bem concretizadas não devem trazer problemas na sequência dessa matéria, para que possam atingir os desideratos que é de dar mais, mas sobretudo melhor, a quem dele tire proveito, e neste caso concreto, está a falar dos educandos do concelho. -----

----- Este é um exemplo que deve ser tomado para a área da saúde. Se a área da saúde quer claramente e de um ponto de vista “exclusivista” tomar atitudes em que, como já verificaram, este diálogo é premente, é necessário e que não sejam tomadas quaisquer medidas sem que haja previamente um consenso, que seja atingido, quer em termos do seu conteúdo, quer em termos da sua calendarização. -----

----- Defende a criação de uma Carta Municipal da Saúde, integrando essa carta num outro desiderato mais alargado: uma Carta Sub-Regional, em que o ACE do Baixo Mondego, e sobretudo, esta interdependência Soure/Montemor/Figueira, onde ficasse bem retratada, bem assumida e politicamente encetada de uma forma que fosse plausível para não criar complicações.-----

----- Segundo – Manifestou um repúdio por aquilo que considera terem sido algumas perdas claras que o ex – Centro de Saúde de Montemor tem tido nos últimos tempos, quer em termos da sua oferta, quer em termos da sua qualidade, quer em termos dos seus recursos, recursos humanos, aos mais diferentes níveis, desde médicos, enfermeiros, administrativos, etc. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Dentro dessa matéria julga que não será condescendente a posição do executivo, caso se verifique um delapidar daquilo que é um património que não querem por em patamar secundário. -----

----- Terceiro – Mostrou claramente que em relação a um projecto que foi apresentado, este deve ser tratado na sua globalidade, no contexto do território do concelho e não numa subdivisão subjectiva e da responsabilidade da própria saúde, que não confere aos autarcas a responsabilidade de estarem a partilhar uma leitura divisória daquilo que é uma integridade e uma consolidação. -----

----- Dentro desta matéria, considera que este documento tem, de facto, aspectos que lhe parecem positivos, aspectos que lhe parecem oportunos para discutir, mas reitera claramente que se os procedimentos forem aqueles que têm visto, de não aparecer a consolidação de um projecto em discussão, de partilhá-lo com as populações, com os autarcas, com os Presidentes de Junta, com o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal. -----

----- Chamou a atenção para o facto de, aquando do encerramento do período nocturno do Centro de Saúde, o concelho de Montemor tinha, nessa fase, sob a responsabilidade do Professor Fernando Regateiro, travado um diálogo bastante honesto, bastante transparente e muitos dos compromissos que tinham sido gizados aquando desse encerramento, mais concretamente do seu SAP, não foram cumpridos na integra, até hoje. -

----- Por isso, relevam que actualmente essa circunstância os deixa numa antevisão preocupante, mas ao mesmo tempo, com racionalidade e com responsabilidade disponíveis para o que vier a ser necessário. -----

----- Ficou, em conclusão, dada a perspectiva de que, com alguma brevidade, esses documentos seriam revistos e seriam encetadas reuniões de trabalho, que poderiam ser fraccionadas conforme as áreas mais intervencionistas, do ponto de vista da saúde, nas zonas mais frágeis ou de melhor resolução desses problemas. -----

----- Considera que nesta reunião ficou bem claro o ponto de situação e tendo em conta a reacção das pessoas, não estão numa situação de antagonismo, nem de criar conflitualidade. Não são é o "tapete" da sala, em que depois de resolver as questões, vêm dizer que está tudo resolvido. -----

----- Já tinha tido a oportunidade de dizer ao executivo municipal, de que no documento existem pontos, que lhe parecem que são muito válidos para encetar uma conversa, mas, e esta situação tem que ser bem gizado da parte da Administração Regional de Saúde e da Tutela, tem que haver algumas compensações do ponto de vista de investimentos de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

algumas estruturas, que possam de facto demonstrar à população de que é esse o desiderato fundamental a atingir, que as soluções alternativas trazem melhoria, maior assiduidade, maior disponibilidade e, sobretudo, melhor precaução naquilo que lhe parece que é o factor mais delicado disto tudo: a mobilidade e a resposta a essa mesma mobilidade.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Deu conhecimento de que, em relação às Festas da Vila, já foram remetidos os convites aos senhores Vereadores. -----

----- O início das festividades está marcado para as 18 horas do dia 04 de Setembro, no Salão Nobre, passando depois para a Galeria Municipal e posteriormente a Feira das Actividades e Recinto de Espectáculos. -----

----- Disse ainda que, no dia 8 de Setembro, irá decorrer um conjunto de iniciativas do ponto de vista quer cultural, quer criativo. Estas vêm ao encontro de uma estratégia que têm vindo a desenhar desde 2006/2007, quando iniciaram “As Ruas da Cultura”, em que finalmente a candidatura “Rede dos Castelos” e a candidatura “Ruas da Cultura e das Economias Criativas” foram aprovadas. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Deu conhecimento ainda que a partir do dia 9 de Setembro do corrente ano se inicia o Campeonato da Europa de Remo, que terminará no dia 12 de Setembro.-----

----- A sessão de abertura decorrerá às 18,30 horas desse mesmo primeiro dia.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que os Vereadores do Partido Socialista manifestam concordância total com a posição assumida pelo senhor Presidente da Câmara na reunião que teve na ARS. -----

----- Gostariam de reforçar a ideia de que é princípio fundamental e o ACES tem que ter a noção de que a Câmara Municipal é um interlocutor privilegiado nas várias propostas e soluções que apresentar para a questão da saúde em Montemor, não podem esquecer o conhecimento profundo que os autarcas têm das suas populações, das suas carências, dos seus problemas. Esse princípio, muito bem defendido pelo senhor Presidente da Câmara, tem que ser respeitado e é fundamental na conclusão destes trabalhos e destas reformas na saúde que pretendem empreender. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- **Segunda** – Agradeceu o convite feito pelo senhor Presidente da Câmara para a visita feita nesse mesmo dia ao Centro de Alto Rendimento, expressando que os Vereadores do Partido Socialista elogiam a obra, nomeadamente o conceito arquitectónico. Apreciaram particularmente da funcionalidade, aliada à beleza da simplicidade da estrutura, que convive em perfeita harmonia com os campos do Mondego e explora de forma brilhante a luz que dá uma grandeza notável aos espaços arquitectónicos criados. ----

----- Louvam também o esforço de todos, para em condições de intenso trabalho e dedicação, garantirem a conclusão da quase totalidade da obra, para o evento desportivo agendado para Setembro. Trata-se de um esforço de todos, dos funcionários da autarquia, do senhor Presidente da Câmara que é de louvar, e deixa-os absolutamente descansados, porque preocupava-os a concretização da obra para o evento.-----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, na sequência do que foi dito pelo senhor Vereador Emílio Torrão, agradece as palavras que lhe foram dirigidas e mais uma vez fica bem presente a necessidade que o executivo tem de pautar neste relacionamento institucional com a tutela do desporto, e com a maior rapidez e urgência se delinear todo o processo complementar de passagem de gestão deste equipamento.-----

----- Considera que todos têm perfeita noção de que o esforço quer financeiro, quer técnico, quer humano que a Câmara fez e está a fazer é claramente inexcedível. -----

----- Esta situação nunca trouxe qualquer veleidade de escamotear a “humildade” de reconhecer que a gestão daquele equipamento e, a partir de agora, em que é visível o seu valor e a sua capacidade, para alguém que tenha naturalmente toda a vocação e o perfil para que isso aconteça. -----

----- Isto não significa alhearem-se daquilo que são as responsabilidades, até porque têm contratos, protocolos, em que lhes é atribuída essa mesma responsabilidade. Basta ler com muita atenção o financiamento europeu concedido por via do POVT, onde existem questões em que é o município de Montemor-o-Velho que vai ter de “dar a cara” sine die. --

----- Poderiam integrar, numa rede, todo este equipamento, de forma a poder relevá-lo não só para os eventos como o Campeonato da Europa de Remo ou a Taça do Mundo de Canoagem, ou outros eventos, mas perspectivá-lo naquilo que deve ser uma contínua e quotidiana exploração e utilização para fins desportivos e não só. -----

----- Dentro dessa matéria, já teve oportunidade de transmitir essa ideia ao senhor Secretário de Estado do Desporto, aquando da sua presença no lançamento do Campeonato da Europa de Remo, de que é sua intenção que a inauguração daquele

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

equipamento far-se-á quando o equipamento estiver totalmente concluído e espera que seja feito ao mais alto nível dos dignitários do nosso País. -----

----- A prova que se vai realizar de 9 a 12 de Setembro é um marco muito importante, dado que acabou por criar um factor de referência para os “obrigar” a terminar a obra, mas considera que a inauguração seja feita depois deste Centro de Alto rendimento estar totalmente pronto e já com soluções claras de gestão para aquele equipamento. -----

----- Disse ainda que a partir deste momento, os esforços vão ter que ser dirigidos à captação de investimento na área da hotelaria e na área do alojamento. Não é a Pousada da Juventude que é solução, embora a considere muito importante, mas para além dela terão que trazer para o concelho de Montemor iniciativa privada, investimento. Teriam que fazer um pouco de marketing, de diplomacia, para estarem prevenidos, e daqui a um ano terem um projecto que possa solucionar não só esta faceta, mas outras que se congreguem. -----

----- Caso contrário, perderão algo do valor acrescentado, nomeadamente os postos de trabalho que estão adstritos não só aquele equipamento, mas a todos os factores de complementaridade de alimentação, de alojamento, de animação, de lazer, etc. -----

----- É da opinião de que, quando este Centro de Alto Rendimento estiver pronto, triunfaram na primeira batalha, mas existem outras batalhas. -----

----- Retomou a palavra o vereador Emílio Torrão expressando, por parte do Partido Socialista, a posição de princípio, em relação à gestão do Centro de Alto Rendimento dentro daquilo que é possível e daquilo que é atendível, julga que não devem abdicar da liderança dessa gestão. -----

----- É evidente que se trata de uma liderança partilhada com todas as entidades desportivas envolvidas no Centro de Alto Rendimento, mas não devem perder a liderança da gestão. -----

----- Desde início se devem debater pela questão do pagamento e da subvenção do funcionamento desta infraestrutura, que vai servir o desporto nacional. -----

----- Assim sendo, o Governo terá que assumir também as suas responsabilidades financeiras na manutenção e gestão daquele espaço. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

DO VEREADOR ABEL GIRÃO

----- **Primeira** – O Vereador Abel Girão informou que na reunião de 16 de Agosto do corrente, o Vereador Emílio Torrão solicitou informação sobre os trabalhos de escavação que estavam a decorrer no Areal, Moinho da Mata. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Trata-se de um processo iniciado em Agosto de 2009, em que se realizaram trabalhos de escavação com destruição do coberto vegetal e destruição da vegetação, em espaço que está classificado, em termos de PDM, como Reserva Ecológica Natural.-----

----- Na altura, como este é um processo que envolve questões ambientais, foi solicitada uma reunião com a Comissão de Coordenação da Região Centro, com a GNR (Brigada do Ambiente) em conjunto com a Câmara Municipal. -----

----- Verificou-se que não era possível fazer a reposição do solo, por questões de segurança. Dessa reunião resultou um plano de recuperação ou de minimização dos efeitos daquela movimentação de terras. Tal situação foi proposta ao proprietário, tendo este acatado. As obras foram embargadas, incluindo a construção de um muro, e o proprietário, para além de acatar a decisão de suspender os trabalhos, acabou por efectuar, em parte, as obras que estavam previstas. -----

----- Na altura, em termos processuais, o infractor acabou por dizer que tinha efectuado os trabalhos de escavação, por questões de segurança, relativamente à habitação que lá existia. -----

----- Verifica-se que há uma nova intervenção, em Julho do corrente ano. Os serviços de fiscalização da Câmara Municipal actuaram de imediato, efectuaram o embargo à escavação bem como a uma obra de construção civil de um novo muro, em que foi destruído o que já tinha sido construído anteriormente. -----

----- À semelhança do que aconteceu em 2009, a Câmara Municipal solicitou uma reunião conjunta com as entidades atrás referidas, para analisar a situação actual e definir formas de actuação para minimizar o impacto ambiental resultante da intervenção. -----

----- Relativamente aos processos de contra-ordenação de 2009, estes têm vindo a decorrer normalmente, com instrução, audiência prévia e neste momento está em fase de tomada de decisão, com aplicação de coimas. -----

----- Já em relação aos processos de 2010, o infractor já foi convocado para ser ouvido, o processo está a decorrer, tendo sido solicitado ao Gabinete Jurídico um parecer sobre a possibilidade de envio deste para o Ministério Público. -----

----- No que diz respeito à destruição de floresta foram retiradas algumas árvores, nomeadamente sobreiros, protegidos por Lei, pelo que esta infracção foi comunicada à Autoridade Nacional de Florestas. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão agradecendo o empenho do Vereador Abel Girão em responder ao seu pedido de esclarecimento, que para si é suficiente.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Apenas referia que, a comunicação ao Ministério Público já devia ter ocorrido, independentemente de qualquer estudo. Será o Ministério Público a analisar se tem provimento ou não, e não a Câmara Municipal, sendo que esta apenas tem de participar. --

----- Disse ainda que, não basta promover os embargos. É preciso verificar o cumprimento destes, e caso não estejam a ser cumpridos, deverá também ser participado o não cumprimento ou a desobediência às entidades competentes.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO CELEBRADOS COM AS ----

----- JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO -----

----- – TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Contabilidade dando conta que, de acordo com o disposto no n.º 2, da Cláusula 2.ª dos Protocolos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2010, simultaneamente com a transferências das verbas previstas no n.º 1 da mesma cláusula (documento anexo à presente acta sob o número um) para o 3.º e 4.º trimestres, serão efectuadas as correcções que se mostrem necessárias em face do Orçamento de Estado para 2010, por forma a igualar as transferências provenientes da Administração Central. -----

----- A Câmara toma conhecimento e deliberou por unanimidade efectuar as correcções que se mostrem necessárias em face do Orçamento de Estado para 2010, por forma a igualar as transferências provenientes da Administração Central. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO -----

----- 1 – CASA DE CHÁ – CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro, que a seguir se transcreve: -----

----- “Como é do conhecimento de V. Ex.ª em 01 de Fevereiro de 2010 foi deliberado em reunião do executivo municipal adjudicar a Cessão da Exploração da Casa de Chá, sita no Paço das Infantas, no Castelo de Montemor-o-Velho, à empresa “Alferope Terraplanagens, Lda.”. - -----

----- Em 18 de Fevereiro foi remetida cópia da referida deliberação dando conhecimento da adjudicação, cópia da minuta da escritura a celebrar, e foi também solicitada toda a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

documentação inerente à celebração da correspondente escritura, ofício que até à presente data não obteve qualquer resposta. -----

----- Em 20 de Julho de 2010 foi notificada a empresa acima referida, concedendo um prazo de 15 dias úteis, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, a fim de a empresa se pronunciar relativamente à intenção de declaração de caducidade da adjudicação, sem prejuízo das responsabilidades que ao caso couberem, de acordo com o previsto na cláusula 11.ª (Contrato) do Programa de Concurso. Decorrido o prazo estipulado (15 dias úteis) e que terminou no dia 12 de Agosto não foi recebido nesta Câmara Municipal qualquer resposta ou quaisquer documentos para instrução do processo. -----

----- Face ao exposto, e após análise do Programa de Concurso e Caderno de Encargos entende-se que deverá ser declarada a caducidade da adjudicação, com fundamento na não celebração do contrato no prazo de 30 dias após a adjudicação da concessão por parte da Câmara Municipal, por causa imputável ao adjudicatário, em cumprimento do estipulado no ponto 11.3 da cláusula 11.ª do Programa de Concurso (Contrato) e da cláusula 11.ª do Caderno de Encargos (Rescisão do Contrato), sem prejuízo das responsabilidades que ao caso couberem. -----

----- Relativamente a estas responsabilidades, entende-se que deve ser exigido ao adjudicatário o pagamento do preço da concessão que o próprio propôs, ou seja, 3.000,00 euros anuais, acrescido de IVA à taxa legal, para o período de duração inicial, ou seja, 3 anos ($3.000,00\text{€} \times 3 \text{ anos} = 9.000,00\text{€} + \text{IVA}$). -----

----- Acresce referir que nos termos da cláusula 9.ª (Anulação da Adjudicação) do Caderno de Encargos a entidade adjudicante poderá decidir adjudicar a concessão a outro concorrente, seguindo a ordem constante da respectiva lista de classificação, podendo não adjudicar, desde que tenha motivos objectivos que permitam concluir que essa proposta não garante os interesses do Município (cf. ponto 5.2 da cláusula 5.ª do Programa de Concurso). -----

----- Pelo exposto, propõe-se que o presente processo seja remetido para apreciação pelo executivo municipal para decisão sobre os seguintes pontos: -----

----- 1) ser declarada a caducidade da adjudicação ao concorrente "Alferope Terraplanagens, Lda."; -----

----- 2) exigência do pagamento no referido montante de 9.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal ($3.000,00\text{€} \times 3 \text{ anos} = 9.000,00\text{€} + \text{IVA}$); -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- 3) decidir sobre a adjudicação ao outro concorrente admitido, cuja proposta é de 4.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal (1.500,00€ x 3 anos = 4.500,00€ + IVA), cuja proposta é de Maria João Carvalho Oliveira." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar a caducidade da adjudicação ao concorrente "Alferope Terraplanagens, Lda." e exigir do mesmo o pagamento no prazo de 10 dias úteis, do montante de 9.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal (3.000,00€ x 3 anos = 9.000,00€ + IVA), relativo a o valor da adjudicação, bem como reclamar a eventual indemnização por perdas e danos caso seja possível a sua quantificação.-----

----- Mais deliberou por unanimidade não aceitar a adjudicação da proposta do outro concorrente admitido, por considerar que a mesma não salvaguarda adequadamente os interesses do Município.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – BAR DO PAVILHÃO MUNICIPAL – REEMBOLSO DE RENDA -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Finanças Locais dando conta de que o arrendatário do Bar do Pavilhão Municipal, Sr. Luís Manuel de Jesus, residente nesta Vila de Montemor, na rua Abade João (Pastelaria Doce Mor) solicitou o reembolso de 107,50€ +IVA, o que totaliza o valor de 130,08€, pago no dia 16 de Agosto do corrente ano, pela renda do Bar do Pavilhão Municipal. -----

----- Mais informam os serviços que o requerente alega que durante o prazo de pagamento ainda se encontrava de férias e ausente de Montemor-o-Velho, não tendo tido possibilidade de pagar.-----

----- Assim, e de acordo com o estipulado no ponto n.º2.4 do Caderno de Encargos, pagou 50% sobre o valor da renda (260,15€).-----

----- Consultados os arquivos, confirmam os Serviços que o arrendatário pagou sempre dentro do prazo e não pôde estar presente no último pagamento, conforme acima foi referenciado.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e face ao requerimento apresentado, deliberou por unanimidade restituir ao munícipe Luís Manuel de Jesus a importância em causa, consignando-se nesta deliberação que nenhuma outra justificação de atraso ou restituição será atendida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – BAR DA PISCINA E ESPLANADA MUNICIPAL DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31***

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativa e Financeira: -----

----- "Face ao requerimento apresentado por Lucília Canais Duarte, cabeça de casal na herança indivisa aberta por óbito de Artur Pessoa Cadima, concessionário da exploração do Bar da Piscina e Esplanada, sito na Piscina Municipal de Montemor-o-Velho, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- Como é do conhecimento de V. Ex.^a em reunião do executivo municipal de 28 de Abril de 2008 foi adjudicada a Concessão da Exploração do Bar da Piscina e Esplanada, ao senhor Artur Pessoa Cadima. -----

----- A escritura pública de concessão foi celebrada no dia 28 de Agosto de 2008 e iniciada a exploração no dia 01 de Setembro do mesmo ano, pelo prazo de um ano, renovável por períodos sucessivos de dois anos, até ao máximo de cinco anos, incluindo o período inicial, caso não venha a ser denunciado por qualquer das partes, estando a decorrer até 01 de Setembro de 2011 o prazo do primeiro período de dois anos da renovação (cláusula 4.^a do contrato), podendo ainda ser renovado por mais um período de dois anos, ou seja, até ao dia 01 de Setembro de 2013. -----

----- Veio agora em 24 de Agosto de 2010 a senhora Lucília Canais Duarte, na qualidade de viúva do concessionário, senhor Artur Pessoa Cadima, requerer autorização para dar continuidade à exploração do referido Bar, situação que não tem enquadramento na cláusula 10.^a do contrato, por não se tratar de cedência da posição ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato. Por outro lado, também não se poderá aplicar o previsto na cláusula 12.^a do Caderno de Encargos (Casos Omissos) por a norma se encontrar revogada pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro. -----

----- Face ao exposto, propõe-se que o presente processo seja remetido para apreciação pelo executivo municipal para decisão relativamente à autorização de continuidade de concessão do Bar da Piscina e Esplanada por parte dos herdeiros do concessionário Artur Pessoa Cadima. -----

----- Importa referir que o pagamento das rendas se encontra actualizado e que o serviço prestado no Bar já era efectuado pela esposa do senhor Cadima, isto é pela senhora Lucília Canais Duarte." -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o averbamento da exploração do Bar da Piscina e Esplanada, sito na Piscina Municipal de Montemor-o-Velho a favor da herança indivisa aberta por óbito de Artur Pessoa Cadima, representada pela viúva Lucília Canais Duarte. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

----- 1 – AVERBAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE -----

----- ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS DE “NOV` ALHAstro BAR” -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Finanças Locais, que a seguir se transcreve: -----

----- “Na sequência do requerimento apresentado pelo munícipe Márcio António Pinto Branco, explorador do Estabelecimento de Bebidas com a denominação comercial “Nov`Alhastro Bar” sito no Largo do Alhastro, freguesia da Carapinheira, Concelho de Montemor-o-Velho, em que solicitava o alargamento do horário de encerramento, até às 4:00 horas, ao fim-de-semana (Sextas-Feiras e Sábados) e vésperas de feriados, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 15.07.2010, foram solicitados pareceres à Junta de Freguesia Carapinheira, Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC), Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARHESP), Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor (DECO) e Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro. (...)” -----

----- Foram recebidos pareceres (que se encontram juntos ao processo) da Junta de Freguesia da Carapinheira, da Guarda Nacional Republicana, do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, da Associação da Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e da Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC).-----

----- Perante os pareceres das entidades competentes e a anterior informação dos serviços, datada de 14.07.2010, informam os mesmos que, salvo melhor opinião, caberá a Câmara Municipal analisar o presente processo e decidir se deve autorizar o alargamento do horário de funcionamento, ao abrigo do disposto no § único do n.º 3 do artigo 4º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Montemor-o-Velho. -----

----- Pela Directora de Departamento Administrativo e Financeiro foi informado que o assunto deverá ser agendado para a reunião do Executivo Municipal para efeitos de averbamento do horário de funcionamento. Face à informação dos serviços da GNR, entendem os serviços que deverá ser proferida decisão para tendência de indeferimento do alargamento do horário anteriormente autorizado, sem prejuízo de eventual redução do mesmo, se assim for entendido. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade notificar o requerente Márcio António Pinto Branco de que é sua intenção não manter o alargamento de horário anteriormente autorizado para o estabelecimento "Nov`Alhastro Bar", com base nas reclamações e consultas recebidas, bem como fixar o horário de encerramento nos seguintes termos: dias de semana das 13:00h/00:00h; fins de semana (sextas e sábados) e vésperas de feriado das 13:00h/02:00h. -----

----- Mais deliberou mandar notificar o requerente para, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.ºs 100 e seguintes do Código do procedimento Administrativo (CPA), se pronunciar por escrito sobre a referida intenção de decisão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – AVERBAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE -----**
ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS DE SÓNIA MARISA ALMEIDA----
PEREIRA GONÇALVES -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Finanças Locais, que a seguir se transcreve: -----

----- "Na sequência do requerimento apresentado pela munícipe Sónia Marisa Almeida Pereira Gonçalves, exploradora do Estabelecimento de Bebidas, sito na Rua do Cruzeiro s/n, freguesia do Seixo de Gatões, Concelho de Montemor-o-Velho, em que solicitava o alargamento do horário de encerramento, até às 4:00 horas, ao fim-de-semana (Sextas-Feiras e Sábados) e vésperas de feriados, por despacho datado de 08.04.2010, foram solicitados pareceres à Junta de Freguesia do Seixo de Gatões, Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho, Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC), Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARHESP), Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor (DECO) e Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro.(...)" -----

----- Foram recebidos pareceres (que se encontram juntos ao processo) da Guarda Nacional Republicana, do Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, da Associação da Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e da Associação Portuguesa de Direito do Consumo (APDC). -----

----- Perante os pareceres das entidades competentes e a anterior informação dos serviços, datada de 06.04.2010 salvo melhor opinião, informam os mesmos que o assunto deverá ser agendado para reunião do Executivo Municipal para efeitos de averbamento do horário de funcionamento. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Mais informam que, face à informação da GNR, deverá ser proferida decisão para tendência de indeferimento ao alargamento de horário anteriormente autorizado, sem prejuízo da eventual redução do mesmo, se assim for entendido.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade notificar o requerente Sónia Marisa Almeida Pereira Gonçalves de que é sua intenção não manter o alargamento de horário anteriormente autorizado para o estabelecimento sito na Rua do Cruzeiro, freguesia de Seixo de Gatões, com base nas reclamações e consultas recebidas, bem como fixar o horário de encerramento nos seguintes termos: dias de semana das 12:00h/00:00h; fins de semana (sextas e sábados) e vésperas de feriado das 12:00h/02:00h. -----

----- Mais deliberou mandar notificar o requerente para, nos termos e para os efeitos do disposto nos art.ºs 100 e seguintes do Código do procedimento Administrativo (CPA), se pronunciar por escrito sobre a referida intenção de decisão. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESPLANADA DE -----** **ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS – URBANIDADES CAFÉ -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Finanças Locais que a seguir se transcreve: -----

----- “Em 30 de Agosto de 2010, vem o Comandante do Posto Territorial de Montemor-o-Velho, enviar um Relatório de Diligências Externas n.º 100/10, a informar esta Câmara Municipal que, o Estabelecimento de Bebidas denominado “Urbanidades Café” sito na Urbanização Quinta de S. Luís, Lote 66 – fracção A, na freguesia de Pereira, no dia 21 de Agosto de 2010, pelas 00:30 horas se encontrava com esplanada em pleno funcionamento. -

----- Após análise ao processo de licenciamento da esplanada do estabelecimento, verifica-se que este se encontra licenciado pelo Alvará nº 11/2009 emitido em 13 de Novembro de 2009, para todos os dias da semana entre as 07:00h às 24:00 horas. -----

----- Mais informo que, o referido Alvará emitido pelo prazo de um ano, será reavaliado se o requerente requerer a sua renovação, com base em informações a recolher junto de entidades competentes, ou eventuais reclamações recebidas, desde que apresentadas por entidades ou pessoas idóneas, devidamente fundamentadas e comprovadas. -----

----- Informo ainda que, o Alvará caducará caso se venha a verificar alguma queixa, relativamente ao funcionamento da referida esplanada. -----

----- Face ao ofício nº 2634/10 da GNR, salvo melhor opinião, entendem os serviços que, deverá o relatório de diligências, ser presente a reunião do Executivo Municipal, a fim de ser proferida decisão de caducidade do referido Alvará.” -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter, para já, o horário de funcionamento da esplanada para todos os dias da semana (07.00 h às 24.00h) e advertir o explorador, por escrito, que a Câmara Municipal, caso sejam recebidas mais queixas, poderá não renovar a autorização para ocupação de espaço público municipal a partir do dia 13 de Novembro ou então decidir fixar um horário diferente.-----

----- Mais deliberou por unanimidade solicitar à GNR que, em aditamento ao ofício 2.634/10, de 25/08/2010, esclareça se para além dos clientes do estabelecimento “Urbanidades Café” que ocupam a respectiva esplanada é habitual a permanência de cidadãos no restante espaço da praça que possam eventualmente, ter motivado as queixas que foram apresentadas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----**TESOURARIA**-----

----- **1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 30 de Agosto do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 582.090,69 € (quinhentos e oitenta e dois mil e noventa euros e sessenta e nove centimos) e em Operações de Tesouraria de 359.557,80 € (trezentos e cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e sete euros e oitenta centimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS**-----

-----**SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**-----

-----**SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS**-----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

----- **1 - ACESSO A BOLSA DE RECRUTAMENTO DO PROCEDIMENTO** ---

----- **CONCURSAL POR TEMPO DETERMINADO PARA DOIS LUGARES--**

----- **DE TÉCNICO SUPERIOR (ARQUITECTO/ENGENHEIRO)**-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Recursos Humanos que a seguir se transcreve:-----

----- “Na sequência da informação dos serviços da Divisão de Planeamento Territorial, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, serve a presente para expor o seguinte:

----- 1 - Nos termos do disposto no artigo 40º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), sempre que, em resultado de procedimento concursal comum, publicitado por um órgão ou serviço, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

ao dos postos de trabalho a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna. -----

----- 2 - De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, essa reserva de recrutamento é utilizada sempre que, no prazo máximo de 18 meses contados da data da homologação da referida lista, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho. -----

----- 3 - Esta necessidade foi invocada pelo Chefe da Divisão de Planeamento Territorial em regime de substituição, Arq. Luís Miguel Freitas Figueira da Silva, carecendo de autorização do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- 4 - Analisado o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho para 2010, aprovado em Reunião de Câmara de 17.12.2009, verifica-se que existe lugar vago e não ocupado para a categoria de Técnico Superior de Arquitectura." -----

----- Foi ainda presente outra informação dos serviços de Recursos Humanos, que a seguir se transcreve: -----

----- "No seguimento de informação do Departamento de Investimentos Municipais (DIM) datada de 30.08.2010, serve a presente para informar V. Ex.a do seguinte:-----

----- 1. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 40º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, sempre que, em resultado de procedimento concursal comum, publicitado por um órgão ou serviço, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna. -----

----- 2. O n.º 2 do mesmo artigo prevê que a reserva de recrutamento é utilizada sempre que, no prazo máximo de 18 meses contados da data da homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho. -----

----- 3. Por despacho do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 28.07.2010 foi homologada a lista unitária de classificação final do procedimento concursal para recrutamento por tempo determinado de um posto de trabalho de Técnico Superior (Engenharia Civil), estando constituída reserva de recrutamento interna pelo período de 18 meses a contar dessa data. -----

----- 4. No seguimento da informação do DIM e de acordo com o despacho proferido pelo Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal em 30.08.2010, julgo, salvo melhor opinião, não existir inconveniente legal no recurso ao processo de negociação com os candidatos pela ordem de posicionamento na lista unitária (alínea d) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro). -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- 5. O Mapa de Pessoal do Município para 2010 possui posto de trabalho vago para o efeito. -----

----- Face ao acima exposto, devem os serviços de Contabilidade informar sobre a existência de verba para cabimentar o contrato por tempo determinado necessário para exercer funções no DIM." -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA -----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido de 16 a 30 de Agosto do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número dois). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – PEDIDO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA REFERENTE AO PROJECTO -----

----- DE ARQUITECTURA DE EDIFÍCIO, REQUERIDO POR CASA -----

----- ENCONTRADA – CONSTRUÇÕES, LDA., SITO NO LOTE 2 DA -----

----- QUINTA DAS ESCADINHAS, FREGUESIA DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO - PROC. Nº. 33/2010 -----

----- - VARIAÇÃO INFERIOR A 3% DA ÁREA DE CONSTRUÇÃO -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado da informação DOT nº 116-ES/2010, indicando que a área de construção proposta é de 1552 m2, sendo que a proposta do loteamento é de 1566 m2, traduzindo-se numa variação de 0.89%. -----

----- No entanto tal variação de área não ultrapassa o limite dos 3% previsto no nº 8 do artº 27º do Dec-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com a actual redacção, podendo tal alteração ser aprovada por simples deliberação da Câmara Municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração de pormenor proposta e autorizar a área de construção pretendida. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----

-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----

----- Ausentou-se neste ponto a Vereadora Isabel Quinteiro. -----

----- 1 – PROJECTO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA DE-----

----- MONTEMOR-O-VELHO: ASCENSOR MECÂNICO -----

----- – PERCURSO PEDONAL ASSISTIDO (CONSTRUÇÃO) -----

----- - RELATÓRIO FINAL -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de dezasseis de Agosto do corrente ano, foi presente pela Presidente do respectivo júri do concurso mencionado em epígrafe, o novo relatório final que ficou como documento anexo à presente acta sob o número três.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base no teor do novo Relatório Final apresentado, deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e quatro votos a favor da Bancada “Montemor, Sempre”, o seguinte:-----

----- Um – Revogar a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 16 de Agosto de 2010, que aprovou o relatório final datado de 09/08/2010.-----

----- Dois – Manter o teor do das conclusões do Relatório Preliminar, com consequente manutenção da ordenação das propostas constantes do mesmo.-----

----- Três – Decorrido o prazo a que alude o artigo 270º conjugado com os artigos 271º e 272º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e não tendo sido apresentado nenhum recurso, adjudicar a empreitada em epígrafe ao Agrupamento de empresas Liftech – Tecnologia para elevadores, Lda. e Kone Portugal – Elevadores, Lda. classificada em 1º lugar, pelo montante de 1.139.564,19€ (um milhão cento e trinta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro euros e dezanove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de 18 meses. -----

----- Quatro – Que a empresa apresente a caução e os documentos de habilitação constantes do artigo 81º do CCP (Código dos Contratos Públicos), no prazo de 10 dias, sob pena de caducidade da adjudicação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- Os Vereadores do Partido Socialista votam contra, em conformidade com a posição anteriormente assumida em reunião de Câmara, nada tendo a ver com o procedimento. ----

----- Voltou a fazer parte da reunião a Vereadora Isabel Quinteiro. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA-----

----- 1 – PROJECTO DE NOVO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA

----- COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS -

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO -----
 ----- MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que o Projecto de Novo Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho, esteve em apreciação Pública até ao passado dia 23 de Agosto, não tendo sido apresentada qualquer reclamação ou sugestão do mesmo.-----

----- Informou ainda que o referido projecto de regulamento já tinha obtido parecer favorável do Conselho Municipal de Educação (documento anexo à presente acta sob o número quatro). -----

----- Assim, propõe a aprovação por parte do Executivo Municipal do novo Regulamento e a submissão do mesmo à Assembleia Municipal para aprovação, dando assim cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei 5-A/2002. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- Mais deliberou remeter o mesmo à Assembleia Municipal para aprovação, dando assim cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei 5-A/2002.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **2 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES --** ----- **DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA REDE ----** ----- **PÚBLICA -----**

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que a proposta de alteração às Regras de Pagamento, nomeadamente o ponto 1 do art.º 9.º do Regulamento do Serviço de Refeições das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública, esteve em apreciação Pública até ao passado dia 23 de Agosto, não tendo sido apresentada qualquer reclamação ou sugestão do mesmo.-----

----- Informou ainda que a referida alteração ao regulamento já tinha obtido parecer favorável do Conselho Municipal de Educação (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- Assim, propõe a aprovação por parte do Executivo Municipal da alteração ao Regulamento supra referido e a submissão do mesmo à Assembleia Municipal para aprovação, dando assim cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei 5-A/2002. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento do Serviço de Refeições das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

-----Mais deliberou remeter o mesmo à Assembleia Municipal para aprovação, dando assim cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei 5-A/2002. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – III TROFÉU INTERNACIONAL ALVES BARBOSA -----

----- – ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO A UMA IPSS -----

----- O Vereador Pedro Machado informou que no âmbito do III Troféu Internacional Alves Barbosa 2010 serão vendidas rifas e sorteada uma bicicleta “Órbita” cujo valor apurado reverterá a favor de uma instituição concelhia. -----

----- Dado que foi solicitado pelos Serviços de Desporto a sinalização de uma instituição, propõe ao Centro da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Montemor-o-Velho. -----

----- Este Centro debate-se com graves dificuldades ao nível das instalações, nomeadamente na Sala de Estimulação Snozellen, na qual os utentes da valência do Centro de Actividades Ocupacionais desenvolvem actividades de estimulação cognitiva e sensorial. -----

----- Contudo, no Inverno é muito difícil o desenvolvimento destas actividades porque a sala é bastante fria, dado que não tem qualquer aquecimento, sendo por isso urgente e indispensável adquirir um convector. -----

----- Trata-se por isso de melhorar um espaço físico e as condições de aprendizagem dos jovens que se encontram integrados na referida valência. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir o donativo à delegação do Centro da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Montemor-o-Velho, para aquisição do convector. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 4 – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE TENTÚGAL -----

----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tentúgal, no valor de 18.000,00€ (dezoito mil euros), para fazer face a despesas de investimento, mais concretamente com obras a efectuar na Capela de Ribeira dos Moinhos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tentúgal, no valor de 18.000,00€ (dezoito mil euros), pagos da seguinte forma: uma tranche no segundo semestre de 2010 – 6.000,00€ (seis mil euros) e duas tranches no ano de 2011 – semestralmente/6.000,00€ (seis mil euros) cada. -----

----- 5 – CENTRO DE ASSISTÊNCIA E CULTURA DO TOJEIRO -----

----- – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio ao Centro de Assistência e Cultura do Tojeiro no valor de 1.200,00€ para fazer face a despesas com a realização do “Arraial Gandarez”, uma actividade cultural onde se reviveu as ancestrais raízes agrícolas da Gândara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- 6 – BOLSAS DE MÉRITO ARTÍSTICO – ÁREA DA MÚSICA 2009/2010 -

----- – LISTAS DEFINITIVAS-----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que após decisão provisória do Executivo Municipal, tomada na Reunião de Câmara de 26 de Julho de 2010, todos os candidatos(as) foram notificados(as) da decisão. -----

----- Conforme estipulado no Artigo 9.º do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo do Município de Montemor-o-Velho, a candidata Andreia Marisa Jorge Monteiro interpôs recurso à decisão. -----

----- Na sequência do recurso interposto reuniu o júri (acta em anexo sob o número oito) tendo decidido manter a decisão anteriormente proferida. -----

----- Assim, é proposto converter as listas provisórias em listas definitivas e propor ainda, para aprovação do Executivo Municipal o seguinte:-----

----- (1) Aprovar as listas definitivas dos candidatos (as) admitidos (as) e dos (as) excluídos (as); --- -----

----- (2) Atribuir 4 bolsas, no valor de 700,00€, a cada um dos(as) seguintes candidatos(as) seleccionados: -----

----- Rodrigo Freitas Oliveira Cordeiro (4,15) -----

----- Sérgio Rainho Simões (4,1) -----

----- Francisco José Azenha Duque (4) -----

----- MiKael Mendes Salgado (3,9) -----

----- (3) Excluir, definitivamente os seguintes candidatos (as):-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Sofia Daniela Oliveira Custódio da Silva (Por não ter entregue a documentação necessária);-----

----- Pedro Manuel Crispim da Costa Encarnação (Por ter faltado às provas de entrevista e de audição); -----

----- Pedro Alexandre Jorge Monteiro (Por ter obtido classificação inferior à dos quatro candidatos seleccionados);-----

----- Andreia Marisa Jorge Monteiro (Por ter obtido classificação inferior à dos quatro candidatos seleccionados);-----

----- Mariana Travassos de Oliveira (Por ter obtido classificação inferior à dos quatro candidatos seleccionados);-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **7 – PRÉ-ESCOLAR – MENSALIDADES DE ALMOÇO E** -----

----- **COMPLEMENTO DE HORÁRIO**-----

----- **– ANO LECTIVO 2010/2011**-----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que a Componente de Apoio à Família na vertente almoço e complemento de horário é da competência da Câmara Municipal, tal como consta no Acordo Tripartido estabelecido entre a Câmara Municipal, a Direcção Regional de Educação do Centro e o Centro Regional de Segurança Social. -----

----- O referido Acordo define as condições de participação do Município no Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar.-----

----- Contudo e de acordo com os esclarecimentos prestados pela Associação Nacional de Municípios no ano lectivo anterior (documento anexo à presente acta sob o número nove) no que se refere às refeições e complemento de horário para as crianças que frequentam o pré-escolar, nomeadamente na definição dos beneficiários com apoio no âmbito das refeições e à semelhança do que acontece com os alunos do 1.º Ciclo, deverão ser aplicadas as regras constantes no Decreto - Lei 55/2009 de 2 de Março (documento anexo à presente acta sob o número dez), as quais têm como referência o escalão do Abono de Família. -----

----- Não tendo sido publicado pelo Ministério da Educação até ao momento o Despacho anual que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, designadamente as refeições escolares, para o ano lectivo 2010/2011, e como o processo tem de ser desencadeado para assegurar um início de ano escolar sem constrangimentos nesta valência, propomos que os escalões de pagamento sejam os

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

estipulados no Despacho n.º 18987/2009 de 17 de Agosto de 2009 (documento anexo à presente acta sob o número onze), ou seja: -----

----- - 1.º Escalão - Encarregado de Educação isento de pagamento; -----

----- - 2.º Escalão paga 0,73€ por refeição; -----

----- - A partir do 3.º escalão paga 1,46€ por refeição.-----

----- Mais se informa que após a publicação do despacho e caso haja alteração dos valores de comparticipação, procederemos a nova informação e actualização dos mesmos. -----

----- No que se refere ao complemento de horário e no sentido de ir ao encontro das necessidades das famílias mais carenciadas do Concelho e pela conjuntura económica actual propõe-se que para o ano lectivo 2010/2011 sejam mantidos os escalões praticados e actualizados no ano lectivo 2008/2009, não contrariando assim as orientações emanadas pela Associação Nacional de Municípios (documento anexo à presente acta sob o número doze). -----

----- Informamos ainda que os montantes por escalão a pagar pelos Municípes sempre foram inferiores aos estipulados no Despacho Conjunto n.º 300/97 (anexo à presente acta sob o número treze), para incentivar a expansão da frequência no pré-escolar, já que, se fossem aplicadas as mensalidades a que se refere o citado Despacho, haveria muitos agregados familiares sem condições de usufruir desta valência acarretando prejuízos sociais e familiares. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a actualização das mensalidades de almoço e complemento de horário para o ano lectivo 2010/2011.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **8 – PROCESSO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – PRÉ-ESCOLAR/1.º CEB**

----- **– ANO LECTIVO 2010/2011-----**

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que o processo de refeições para o ano lectivo 10/11 iniciou-se com a recepção de todos os formulários que continham os pedidos dos Encarregados de Educação das crianças matriculadas nas diferentes EB1 e Jardins de Infância do Concelho. Após a sua apreciação, os processos referentes aos alunos das EB1 e Jardins de Infância foram escalonados consoante o Escalão do Abono de Família, conforme previsto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei 55/2009 de 2 de Março (documento anexo à presente acta sob o número catorze). -----

----- Chegaram à Câmara Municipal 1020 pedidos de refeições escolares, 738 pedidos de almoço para alunos a frequentar as EB1, 282 para crianças com frequência nos JI e 239 para

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

o Complemento de Horário. Estes pedidos chegaram de 17 escolas do 1º ciclo e dos 9 Jardins de Infância do Concelho. -----

----- Assim, temos uma cobertura de 100% ao nível dos JI e EB1 no que se refere ao nível de solicitação por parte dos Encarregados de Educação. -----

----- Para este ano lectivo, propõe a continuidade das I.P.S.S. com as quais existem Protocolos/Acordos de Cooperação ainda em vigor, e que no ano transacto nos prestaram serviços, pois estes atingiram bons índices de qualidade e satisfação, não tendo havido reclamações por parte da Câmara Municipal, dos Encarregados de Educação, Coordenadores de Escola e Educadoras dos JI (documento anexo à presente acta sob o número quinze). -----

----- Relativamente às restantes escolas e Jardins de Infância foi efectuado um procedimento para o Ajuste Directo para o fornecimento de refeições para o ano lectivo 2010/2011 para as zonas: -----

----- Zona 1 – Agrupamento de Arazede – E.B.1 e Jardim de Infância do Tojeiro. Jardim de Infância de Liceia, E.B. 1 dos Resgatados e EB1 do Viso; -----

----- Zona 2 – Agrupamento de Montemor – E.B.1 e Jardim de Infância do Seixo e Jardim de Infância de Montemor (só lanches); -----

----- Zona 3 – Agrupamento de Carapinheira – E.B.1 da Portela, E.B.1 da Ribeira dos Moinhos e E.B.1 de Tentúgal. -----

----- Assim, propõe adjudicar às IPSS (com as quais existem protocolos estabelecidos e ainda em vigor) adjudicar 5 escolas (E.B.'s 1 de Formoselha, Carapinheira, Torre, Meãs e Casal Novo) e 2 Jardins de Infância (Jardim de Infância de Carapinheira e Meãs), à Junta de Freguesia de Arazede 2 escolas (E.B.1 de Arazede e E.B.1 Bunhosa) e 2 Jardins de Infância (Jardim de Infância de Arazede e Jardim de Infância da Bunhosa) e à empresa concessionada pela DREC 2 escolas (E.B.1 de Pereira e E.B.1 de Montemor) e 2 Jardins (Jardim de Infância de Pereira e Jardim de Infância de Montemor) cujo processo de adjudicação ainda se encontra em curso (documentos anexos à presente acta sob o numero quinze e dezasseis). -----

----- Para o fornecimento de refeições neste ano lectivo esta Empresa, as IPSS e a Junta de Freguesia de Arazede, prestarão para além das refeições, outros tipos de serviços que passam pelo acompanhamento das crianças durante o período do almoço, em todos os casos, e ainda, cedência de louças, limpeza do espaço físico afecto e transporte dos alunos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Mais informou que os processos continuam a chegar à Divisão de Educação, fora de prazo, pelo que o total dos pedidos de refeição será susceptível de aumentar.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **9 – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES RELATIVO AO**----- ----- **ANO LECTIVO 2010/2011** -----

----- Pelo Vereador Pedro Machado foi presente o Plano de Transportes Escolares relativo ao ano lectivo de 2010/2011 (documento anexo à presente acta sob o número dezassete).--

----- Disse ainda que no âmbito dos Transportes para o ano lectivo 2010/2011 se realizaram reuniões com os representantes dos Agrupamentos de Escolas de Arazede, Carapinheira, Montemor, com os representantes das Associações de Pais da E.B. 2,3 Jorge de Montemor e da E.B. 2,3 Dr. Santos Bessa, com os representantes das empresas transportadoras, nomeadamente, CP – Caminhos de Ferro Portugueses, Joalto Mondego/Transdev Centro, Moisés Correia de Oliveira), no sentido de se programar os transportes escolares para o próximo ano lectivo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Transportes Escolares relativo ao ano lectivo de 2010/2011. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **10 – TRANSPORTES ESCOLARES: PROPOSTA DE PROTOCOLO DE**----- ----- **ADESÃO À REQUISIÇÃO ELECTRÓNICA DAS VINHETAS** ----- ----- **EMITIDAS PELA CP – CAMINHOS DE FERRO, EPE** -----

----- O Vereador Pedro Machado, no âmbito dos Transportes Escolares para o ano de 2010/2011 informou o seguinte: -----

----- - O Decreto-Lei n. 299/84, de 5 de Setembro regulamenta-se a responsabilização da administração local por todo o processo de organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares; -----

----- - No caso dos alunos que não dispõem de oferta formativa no concelho e que residem nas freguesias de Pereira, Santo Varão, Ereira, Verride e Abrunheira, deslocam-se frequentemente para estabelecimentos de ensino em Coimbra e Figueira da Foz. -----

----- Deste modo, utilizam como meio de transporte a CP – Caminhos de Ferro, EPE, pelo que, até ao ano lectivo transacto a Câmara Municipal emitia as credenciais de transporte através das quais a referida empresa procedia ao carregamento dos passes dos respectivos alunos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- Para o ano lectivo 2010/2011 e segundo informação da empresa verificaram alterações relativas ao carregamento passes, pelo que a Câmara Municipal deixa de emitir as credenciais em formato papel e terá de aderir ao sistema de requisição via electrónica. --

----- Para o efeito, a Câmara Municipal terá de celebrar um protocolo com a CP – Comboios de Portugal, EPE, que estabelece regras as organizativas de utilização do sistema e-Requisição.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a CP – Comboios de Portugal, EPE (documento anexo à presente acta sob o número dezoito). -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 11 – PRÉMIO LITERÁRIO AFONSO DUARTE 2009/2010-----

----- – TRABALHOS VENCEDORES -----

----- O Vereador Pedro Machado de conhecimento de que, de acordo com a reunião do júri do Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010, ocorrida no dia 25 de Agosto de 2010, nos Paços do Concelho e cuja cópia da acta consta como documento anexo à presente acta sob o número dezanove, venho por este meio informar sobre os trabalhos vencedores: -

----- Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010-----

----- Título: “À Beira do ‘Munda” ; -----

----- Pseudónimo: Miguel Silva; -----

----- Autor: José Carlos da Silva Duarte; -----

----- Morada: Rua das Flores, N.º 14, 3140 – 391 Santo Varão; -----

----- Menção Honrosa do Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010-----

----- Título: “Ciranda” ; -----

----- Pseudónimo: Retalhos;-----

----- Autor: Ana Cristina Mendes Gomes; -----

----- Morada: Rua Torres Sobrinho, N.º 56, Bloco 2 Ap 503, Rio de Janeiro, Brasil; -----

----- Menção Honrosa do Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010-----

----- Título: “Anotações sobre os olhares no óleo sobre tela ‘Retrato de mulher ou le déjeuner’ de Manuel Jardim” ; -----

----- Pseudónimo: Anotador; -----

----- Autor: Pedro Manuel Martins Baptista; -----

----- Morada: Rua Salgueiro Maia, N.º 36 – 1.º, 3040-006 Coimbra.-----

----- De acordo com o Ponto II do Regulamento do Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010, aprovado na Reunião de Câmara de 17 de Agosto de 2009, os prémios financeiros são:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- José Carlos da Silva Duarte – 5000 € + 1000 € = 6000 € (seis mil euros); -----

----- Ana Cristina Mendes Gomes – 1.250 € (mil duzentos e cinquenta euros); -----

----- Pedro Manuel Martins Baptista – 1.250 € (mil duzentos e cinquenta euros). -----

----- Disse ainda que pretendia fazer um agradecimento público, em nome do município, face àquilo que foi a disponibilidade de um conjunto de personalidades que estiveram em Montemor-o-Velho, por duas ocasiões, em duas reuniões de trabalho para a apreciação e validação dos trabalhos propostos para a atribuição do Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição dos prémios financeiros referentes ao Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010, de acordo com o atrás mencionado. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **12 – PRÉMIO LITERÁRIO AFONSO DUARTE 2009/2010** -----

----- **– SENHAS DE PRESENÇA** -----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento que tiveram lugar nos dias 31 de Maio e 25 de Agosto de 2010, nos Paços do Concelho, as reuniões do Júri do Prémio Literário Afonso Duarte 2009/2010. -----

----- Assim sendo, propôs a atribuição de senhas de presença aos elementos do júri, no valor igual 50€. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir senhas de presença aos elementos do júri de valor 50€, bem como suportar as despesas com as deslocações dos membros do júri que residam fora do Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais deliberou que este valor seja também atribuído nas reuniões das restantes Comissões, durante o presente mandato. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO** -----

----- **VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO** -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **1 – SIMPLEX AUTÁRQUICO 2010/2011** -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma proposta para aceder ao Simplex Autárquico 2010/2011. -----

----- Esteve presente numa reunião com a senhora Secretária de Estado, que fez muito enfoque para que estivessem presentes alguns Presidentes de Câmara, que não estavam ainda integrados no Simplex Autárquico. Esta reunião decorreu em Julho, em Coimbra e

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

acompanharam-no os dois Directores de Departamento e considera claramente que é de todo o interesse que a Câmara entre para o Simplex Autárquico. -----

----- A partir de 1 de Setembro do corrente ano, existem quatro projectos muito claros, do ponto de vista de reestruturação funcional, estrutural e organizacional da Câmara, que vão ser levados a efeito, e para os quais está a afectar pessoas que trabalham ou colaboram com a Câmara, através de estágios profissionais, para esse mesmo fim.-----

----- Referia-se à “Agenda 21”, à simplificação e na reorganização administrativa e funcional que vai ser completada pela apresentação por parte da Faculdade de Economia do processo de reestruturação, um Gabinete de Apoio ao Investidor e um Gabinete de Apoio Social. -----

----- Em relação a este último, vai ser concluído até ao final do corrente ano, um projecto em que eram parceiros em conjunto com a CPCJ, com os Agrupamentos, a Associação Fernão Mendes Pinto, etc. e vai-se criar um vazão que considera que é delicado e ao mesmo tempo sem nunca ter a visão da “autarquização” destas funcionalidades que devem ter sempre um grande empenhamento da rede e de partilha com as estruturas (IPSS's, ONG's entre outras entidades que têm um perfil e um curriculum invejável nesta matéria), fazendo parte de uma componente de intervenção na área social do município, que deve ter também algo de preparatório, para que em 2011 isto se concretize. -----

----- Estando ele à frente da Comissão de Protecção de Jovens e Crianças, tem uma visão que, por um lado, pode ser um pouco alarmista de determinado tipo de frequência de denúncias, por outro lado também, denota que, uma campanha de “bom marketing” feito pela forma de captação e receptividade a queixas tem tido resultado. -----

----- Considera que é importante que sobretudo a Câmara tivesse numa área de um Gabinete de Apoio à Vítima. -----

----- O Simplex Autárquico, em Montemor-o-Velho vai ter uma faceta importante de comunicação, de organização, de facilitação, sobretudo para o cidadão, mas que, ao mesmo tempo, deve funcionar como um instrumento que compartilhe todos estes outros que estão a procurar ou qualificar, ou reorganizar, ou reinventar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aderir ao Simplex Autárquico 2010/2011. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- 2 – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO DESPORTIVO -----

----- O Presidente da Câmara informou que quando se elaborou um plano estratégico de desenvolvimento territorial para esta região, onde Montemor se insere através da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, se procurou encontrar uma estratégia que, independentemente das premissas individualizadas de cada um dos concelhos, tenha uma transversalidade que acarreta valor acrescentado para a região e, sobretudo, para cada um dos municípios que a integra.-----

----- Essa estratégia traduz-se em quatro pontos muito importantes: criar condições para viver, criar condições para empreender, criar condições para visitar e criar condições para conhecer e aprender.-----

----- Estes quatro pontos aplicam-se claramente num ponto estratégico de desenvolvimento territorial do próprio concelho, onde a inovação tecnológica e a ligação às universidades e ao conhecimento é claro, onde uma expectativa cada vez maior de uma área de visitação ligada quer a um turismo patrimonial, quer a um turismo desportivo de alto rendimento são já hoje sin nimos efectivos de pragmatismo e onde os outros dois desideratos de criar empenededorismo, de criar postos de trabalho, quer ligados a um ou a outro sector que anteriormente referiu, que ainda   inova o tecnológica, quer a todos os factores de desenvolvimento quer agrícola, quer secundário são e terão que ser evidentes, quer  aquele que deixou para o fim, mas que é o primeiro e que é de precisamente consubstanciando todos os outros três a montante, tinham todos os predicados necessários para fugir a um efeito dormitório e a um efeito centrípeto que depois tem a sua área controversa de uma acção centrífuga de rendimento àquilo que é o efeito dormitório que Montemor caiu, e ai ter todas as condições para saber viver e poder viver em Montemor.-----

----- Ao trazer ali um conjunto de propostas de atribuição de medalhas de mérito desportivo a um conjunto de cidadãos será precisamente porque esses cidadãos, alguns são originários e oriundos de Montemor,  -lhes mais fácil. Mas aos que não o são, são pessoas que se inscrevem em todos os predicados que anteriormente anunciou.-----

----- Desde 2005 vivem em Montemor, trabalham em Montemor, competem em Montemor, estudam em Montemor e divulgam Montemor.-----

----- Por isso, considera que   altura de poder transmitir-lhe a noção de que não são desconhecidos ou esquecidos pelos responsáveis políticos do município e, bem pelo contrário, ao lhes serem atribuídos estes galardões, colocam-lhe a "responsabilidade" de a partir de agora serem embaixadores daquilo que é a divulgação, a promoção, a captação, o empenededorismo, o investimento, o lazer que Montemor-o-Velho pode proporcionar, dentro desse factor de desenvolvimento e de cidadania.-----

----- Assim, apresentou uma proposta que a seguir se transcreve:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- "O desenvolvimento da prática desportiva representa um dos vectores estruturais em que assenta o desenvolvimento do concelho de Montemor-o-Velho, empenhando-se o Município em diversificadas formas de apoio à prática das diferentes modalidades.-----

----- A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho aprovou o seu Regulamento de Atribuição de Galardões, em cujo artigo 10º está prevista a atribuição de Medalhas de Mérito Municipal Desportivo, destinadas a galardoar pessoas individuais ou colectivas que, pelos seus feitos ou acções no campo desportivo prestigiem o Município. -----

----- Reconhecendo o elevado perfil dos homenageados e os seus feitos em prol do desporto, considerando a continuidade de acções relevantes para o prestígio e nome do País e, em particular o nome da Vila e Concelho de Montemor-o-Velho, onde residem ou de onde são oriundos, proponho que se manifeste a gratidão e apreço pela sua dedicação e valia através da atribuição de MEDALHA DE MÉRITO DESPORTIVO aos seguintes atletas:-----

----- 1 – XADREZ-----

----- **Pedro Neves** – Campeão Nacional de Xadrez Sub 14 em 2009 e Campeão Nacional de Xadrez Sub 16, em 2010. -----

----- 2 – PESCA-----

----- **Alexandre Guerra** – Campeão do Mundo Sub 18, no 15º Campeonato do Mundo de Pesca – 2010 – Mantova, Itália.-----

----- 3 – CANOAGEM -----

----- **Beatriz Gomes** – II Taça do Mundo, 2010 – Szeged, 1.º Lugar, Final A K2 200 metros; -----

----- **Emanuel Silva** – Campeonato da Europa de Seniores, 2010 – Trasona, 3.º Lugar, Final A K2 500 metros;-----

----- **Fernando Pimenta** – Campeonato do Mundo Seniores, 2010 – Poznan, 2.º Lugar, Final A K2 500 metros;-----

----- **Helena Rodrigues** – II Taça do Mundo, 2010 – Szeged, 1.º Lugar, Final A K2 200 metros;

----- **Joana Sousa** – I Taça do Mundo, 2010 – Vicky e II Taça do Mundo, 2010 – Szeged, ambas 3.º Lugar, Final A K4 500 metros;-----

----- **Joana Vasconcelos** – Campeonato do Mundo de Júniores, 2009, 1.º Lugar, Final A K1 500 metros e Campeonato da Europa Júniores e Sub 23, 2010 – Moscovo, 1.º Lugar, Final A K2 200 metros;-----

----- **João Ribeiro** – Campeonato do Mundo Seniores, 2010 – Poznan, 2.º Lugar Final A K2 500 metros;-----

----- **Teresa Portela** – Campeonato da Europa de Júniores e Sub23, 2010 – Moscovo, 1.º Lugar Final A, K2 200 metros e -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

----- **Ryszard Hoppe** – Técnico Nacional da Federação Portuguesa de Canoagem. -----

----- 4 - Proponho, ainda, a atribuição de um Voto Público de Louvor ao **Sr. Dr. Mário Miguel Marques dos Santos**, pelo seu mérito não só como praticante da modalidade desde 1976 mas, sobretudo, pelo seu relevante desempenho enquanto Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem desde 2004. -----

----- Entendo que o Município lhe deve prestar este especial reconhecimento pelo empenho com que apoiou a criação de uma Residência Universitária em Montemor-o-Velho, vocacionada para atletas de alto rendimento de canoagem, porque sempre ombreou a Autarquia na promoção do desporto e na implementação e divulgação do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho e ainda pelos resultados obtidos por esta modalidade nos últimos anos, o que reforça a dimensão do país e de Montemor-o-Velho.”

----- Gostaria ainda de deixar, em ar de conclusão, uma palavra muito sensível, sobretudo à Federação Portuguesa de Canoagem, à Federação portuguesa de Triatlo, à Federação Portuguesa de Remo e à Federação Portuguesa de Natação, por toda a envolvimento que têm tido para atingirem o desiderato de conseguirem que este Centro de Alto Rendimento viesse a ter a envoltura, a dimensão e o resultado que pretendiam atingir. -----

----- Não fica contudo sem deixar duas palavras muito mais sensíveis à Federação Portuguesa de Canoagem e à Federação Portuguesa de Triatlo, porque estes, para além de todo o empenhamento, de tudo aquilo que têm feito, são quase nossos concidadãos.-----

----- Todos estes atletas galardoados vivem e trabalham aqui em Montemor e não fazem de Montemor o palco apenas para as suas performances mais ou menos mediáticas. -----

----- Disse ainda que o senhor Secretário de Estado do Desporto vai-se deslocar a Montemor, no próximo dia 2 de Setembro, para galardoar as 15 medalhas obtidas pelos atletas da Canoagem. O senhor Secretário escolheu Montemor porque esta é a terra onde eles vivem, onde eles trabalham e onde eles treinam.-----

----- Deixa ali também uma palavra de grande estímulo e, sobretudo, de grande reconhecimento a estes dois atletas promissores do concelho de Montemor-o-Velho, em áreas que muitas vezes não conseguem atingir o mediatismo que o futebol ocupa e que quase monopoliza, mas que acaba por trazer a esta geração nova, em que os desideratos e os desafios são muito diferentes, um palco e uma perspectiva que não poderão escamotear, nem fazer esquecer.-----

----- Qualquer um destes elementos, quando está no desempenho das suas competições, no desempenho das suas funções, sabe perfeitamente que as suas raízes estão concretamente em Montemor e que muito daquilo que eles hoje fazem e atingem foi-

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Agosto 31

lhes também dado e proporcionado pelos seus pais, pelas suas comunidades, pelos seus clubes, pelas suas associações, pelas suas autarquias, por todo alguém que no fundo quer e pensa que o desporto, hoje, é um factor de desenvolvimento importante na sociedade, cuja economia do século XXI terá que passar por muito do que acabou de dizer. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista pretendem deixar um voto de louvor e apreço por estes atletas citados nesta proposta, com a qual concordam em absoluto. -----

----- Pessoalmente, queria prestar um elogio ao Alexandre Guerra, porque o viu crescer e “nascer” na modalidade e viu o seu potencial no início. -----

----- Considera que foi um feito extraordinário a vitória da selecção, porque Itália é uma grande potência da pesca desportiva de competição e é um palco difícil, onde todos são profissionais e já com estas idades têm um elevado nível de profissionalismo. -----

----- Este atleta, em particular, merece da sua parte e julga que também de todo o executivo, por se tratar de um “filho da terra”, um grande elogio, um grande apreço pelo feito conseguido. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do número cinco do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Verificou-se a inexistência de público. -----

ENCERRAMENTO

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e trinta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª